

Heloisa Maria
Murgel Starling

As Minas de João Guimarães Rosa

Na composição do romance *Grande sertão: veredas*, Guimarães Rosa faz o registro detalhado das ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado pelo desenvolvimentismo de Kubitschek não conseguiu mais aproveitar e a república descartou por improdutivo, supérfluo, inútil.

Amplidão, nação, sertão sem fim

Oh, Manuel, Miguilim

Vamos embora.

Chico Buarque

> Fundar uma nação onde só parece crescer o vazio, criar formas de vida em comum, introduzir a possibilidade do convívio político a partir das margens – esta a tarefa que nos coube, habitantes nesse desvio esconso do mundo ocidental a que se deu o nome de Brasil. Tarefa não apenas nossa. Nos subúrbios latino-americanos onde vivemos – já anotava Jorge Luis Borges, em *Fragmentos de um evangelho apócrifo* –, o gesto de fundação sempre traduziu o dever de inventar uma maneira própria para plantar um marco de pedra num chão onde apenas parece existir areia, deserto e aparente caos.

Na literatura de interpretação do Brasil, a palavra *sertão* traz associado um conceito. Uma palavra torna-se conceito quando a plenitude de um contexto político e social de significado e de experiência no e para o qual essa palavra é usada pode ser nela condensado.¹ No caso da palavra *sertão*, o conceito revela uma maneira peculiar de narrar o projeto sempre problemático da fundação nacional brasileira a partir dos confins, das margens em que se refletem e se cruzam as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social. E revela igualmente o melhor modo para entender essa figuração equívoca do Brasil, essa paradoxal metáfora de uma república construída longe da *dóxa*, distante daquilo que é comum: um país sem lugar, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre modernidade e arcaísmo, entre autonomia e dependência, entre miséria e abundância, entre república e corrupção, entre desigualdade e democracia, entre Primeiro e Quarto mundos.²

Conceito é o concentrado de inúmeros significados substanciais e é precisamente esse concentrado que

confere ao conceito – qualquer conceito – sua múltipla carga de significação. Originariamente uma contração do aumentativo *desertão*,³ muito utilizado na África e na América do Sul, no caso do Brasil, o termo *sertão* carregou consigo, desde o início, uma forte dose de ambigüidade. Durante o século XVIII, serviu para designar as terras do interior, lugar de desvio das povoações, domínio do desconhecido, área de ausência da mineração. Desde então, seu sentido encontra-se articulado por uma dupla rede de significação: de um lado, *sertão* indica o processo de formação de um espaço interno, a perspectiva do interior; de outro, *sertão* traduz a configuração de uma realidade política: a condição do desterro, a ausência de leis, a precariedade dos direitos, a inexistência da ordem.

Em certa medida, a própria formação do nome do Estado brasileiro *Minas Gerais*, por exemplo, é tributária dessa duplicidade de significados: *Minas* é a enfiada de cidades interligadas pelo caminho do ouro e dos diamantes, a região em contato constante com o mar, o mundo da ordem por onde a metrópole portuguesa se transpôs ao interior. Já os *Gerais* são outra coisa: a inexistência do ouro, a ausência de governo, o abismo do desconhecido, o espaço vazio, a fronteira aberta, o potencial de liberdade, o risco da barbárie. Na perspectiva do conceito, os *Gerais* surgem subordinados às *Minas* – é sua oportunidade de expansão. Já nesse caso, *sertão* não significa apenas um ponto extremo do mapa ou a indicação de um espaço geográfico vazio – é, ao mesmo tempo, um condicionante histórico e político de formação do mundo público e uma paisagem fadada a desaparecer.⁴

Grande sertão: Brasil

Não foram poucos os autores que se debruçaram sobre o tema.⁵ Mas foi João Guimarães Rosa e seu projeto literário – sempre pronto a apontar para as

possibilidades não concretizadas em um determinado momento da realidade histórica e política brasileira, projeto capitaneado pelo livro *Grande sertão: veredas* – quem expandiu, pela via da imaginação literária, a profunda ambigüidade do conceito *sertão*. Seu projeto tinha vários objetivos. Um deles: facultar ao objeto histórico Brasil atingir sua máxima visibilidade.

Em 1967, numa declaração que glosa o próprio estilo, no prefácio de seu último livro, *Tutaméia*, Guimarães Rosa tratou de definir esse projeto literário. E definiu sua obra não como um espelho cuja materialidade translúcida reproduz e multiplica imagens do mundo humano, mas como um *vão*, um tipo característico de fenda na superfície do real, que indica existir em toda realidade algo mais do que aquilo que chamamos realidade: “o livro pode valer”, afirma o prefácio de *Tutaméia*, “pelo muito que nele não deveu caber”.⁶ Publicado em maio de 1956, o romance *Grande sertão: veredas* traduz uma espécie de síntese desse projeto literário fundado no coração do mito, no impulso ficcional de inscrever no cotidiano dos homens as possibilidades ainda latentes de uma determinada realidade, convidando-os a imaginar que as coisas no mundo poderiam ser diferentes do que realmente são.

Nesse convite à imaginação do possível ou, para usar os termos do próprio Guimarães Rosa, nesse esforço para extrair no horizonte do real “o que aqui se quer tirar: o leite que a vaca não prometeu”,⁷ as fronteiras do fazer literário recuperam um ponto essencial da articulação entre história, política e ficção; e recuperam-no poeticamente, vale dizer, retomando o princípio que orientava a tarefa do poeta grego arcaico: conferir fama imortal às palavras e às façanhas humanas, transmitindo-a de geração a geração e obtendo para isso, tal como ocorria com os adivinhos e com os profetas, acesso às partes do tempo inacessíveis aos demais homens – o que existiu no passado, o que ainda não chegou a existir.⁸

Emerso desse território característico onde literatura, política e história encontram suas raízes comuns, *Grande sertão: veredas* também pode ser entendido, entre várias outras possibilidades de leitura, como a extraordinária tentativa de iluminar uma visão do Brasil e convertê-la em palavras, por meio da contemplação de um mundo arcaico, longínquo, fechado sobre si mesmo, supostamente imóvel e mítico – o sertão. Como conseqüência, o núcleo central do romance consegue realizar um duplo trabalho de articulação entre a imaginação literária e a imaginação histórica e política brasileira: por um lado, busca recriar, literariamente, os pontos de tensão e de ancoragem entre uma configuração histórica muito bem determinada – as relações sociais e de poder estabelecidas ao longo dos primeiros cinquenta anos da história republicana do país – e os projetos de modernização e de consolidação política da nação brasileira. Por outro lado, contudo, *Grande sertão: veredas* também trata de refletir sobre as condições de transformação dessa nação – isto é, dessa comunidade territorial, lingüística, étnica ou religiosa – numa *república*.⁹ Mais incisivo do que isso, talvez, em *Grande sertão: veredas* o acento republicano insiste em sublinhar tanto a natureza política dessa comunidade e de sua vida pública quanto a necessidade de agregar seus membros à condição própria de *cidadãos*, tendo em vista o bem, os direitos e os interesses comuns – e, nesse caso, o acento republicano da obra nos remete, no fundamental, à sua significação de coisa pública, de esfera dos interesses comuns, do bem comum.

Brasil de mil-e-tantas misérias

Quando Guimarães Rosa publicou *Grande sertão: veredas*, em maio de 1956, Juscelino Kubitschek, recém-empossado na Presidência da República, tratava de oferecer concretude ao seu próprio projeto político para o país: inventar cidades voltadas para o futuro,

capazes de representar um esforço de afirmação da nacionalidade, um desejo de integração do interior ao centro, do Brasil ao mundo, da tradição ao moderno. Evidentemente, a tradução mais completa desse projeto é Brasília. A capital inaugurada em 21 de abril de 1960 era parte de um programa ainda maior: JK sonhava construir, no país, as bases de uma sociedade mais avançada, comprometida com um amplo programa modernizador e, portanto, disposta a produzir os mecanismos de integração dos brasileiros ao mundo moderno – embora também seja possível dizer, quarenta e dois anos passados, que Brasília manteve seus palácios, como queriam Kubitschek e Niemeyer, “suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto”, mas tornou o poder mais asséptico, mais isolado, mais arrogante, transformou-se numa cidade onde os governantes do país correm o risco de perder o contato com sua população e passam a viver num mundo tecido da própria alienação.¹⁰

Para revestir o sonho de Kubitschek de solidez, o ano de 1956 marcou, também, o lançamento do mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao país – o *Programa de metas*. O conteúdo mais característico desse programa vinha da crença inabalável de Kubitschek na fórmula quase mágica do *desenvolvimentismo* como principal derivação da normativa modernista.

Com sua fórmula, JK acreditava-se capaz de fazer brotar no Brasil e, no cenário latino-americano, uma sociedade industrial, urbana, enraizada na promessa de uma cidade perfeitamente moderna. Não ficou na intenção. O termo *desenvolvimento* traduz o esforço de superação da dualidade básica da economia brasileira. Na prática, isso significava dizer pelo menos três coisas sobre o Brasil: em primeiro lugar, as relações de produção, incrustadas na estrutura da sociedade e da economia dos países latino-americanos, conduziram o país a uma dualidade básica, defasada e dependente

com as sociedades mais avançadas; em segundo lugar, essa dualidade podia ser definida em termos de pólos – tradicional/moderno e centro/periferia; em terceiro, essa era uma dualidade que se devia resolver pela via da industrialização e da urbanização.¹¹

Nos termos definidos pelo projeto de Kubitschek, no *Programa de metas*, desenvolvimento era entendido, sem dúvida, como industrialização; mas era, também, muito mais do que isso: significava o mecanismo mediante o qual o Brasil iria realizar sua revolução capitalista.¹² Por essa razão, no contexto de realização da passagem de uma sociedade tradicional como a brasileira para uma sociedade moderna, o projeto desenvolvimentista de JK também elegeu um personagem importante para a construção do pressuposto de que a dualidade seria superada pela industrialização: os camponeses. Em torno da definição de um mundo rural sempre apresentado como tradicional e, portanto, pré-capitalista, as condições de transição dessa sociedade só poderiam ser garantidas de duas maneiras: de um lado, pelo deslocamento de populações da área rural; de outro, por benefícios do desenvolvimento capazes de absorver essas populações na cidade – parteira e inventora de uma sociedade moderna.

Havia quem pensasse diferente. Ainda em 1956, a narrativa literária de Guimarães Rosa tratou de introduzir uma dúvida radical sobre os procedimentos e os rumos desse moderno ambíguo, capaz de produzir um mecanismo profundamente perverso no interior do qual o fortalecimento das cidades desagregava o sertão e seu universo de continuadas deformações sem, contudo, substituí-lo por uma expansão do ideal de cidadania. Talvez ele tenha ido um pouco mais longe. Na composição do romance, Guimarães Rosa faz o registro detalhado das ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado pelo *desenvolvimentismo* de Kubitschek não conseguiu mais aproveitar e a república descartou por improdutivo,

População de uma fazenda no sertão. Jabobá, 1912. In: THIELSEN, Eduardo Villela et al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa Oswaldo Cruz, 1991.



supérfluo, inútil: a massa compacta de vaqueiros, tropeiros, jagunços, garimpeiros, romeiros, roceiros, caipiras, prostitutas, índios, velhos, mendigos, loucos, doentes, aleijados, idiotas – uma gente que não vai a parte alguma, ninguém os reivindica, não são ninguém. Apenas uma multidão de depauperados e miseráveis deslocando-se, sem parar, saindo do sertão, no rumo das grandes cidades, que simbolizam sua última chance de escape de um mundo de necessidades e carências absurdas – para descobrirem, ao fim e ao cabo, a completa inutilidade desse deslocamento.

Contudo, a narrativa de *Grande sertão: veredas* não fez somente o inventário do que a república definiu como farrapo e lixo e tornou-se, portanto, incompatível com os procedimentos da modernização brasileira; ela usou desse material aparentemente inútil para indicar que ocorreu uma ruptura no mundo público capaz de transformar o sertão em uma condição particular de desterro – condição esta produzida pela república brasileira no interior do próprio país. Mais do que isso. A permanência dessa nova e absurda modalidade de desterro conformou o trágico destino dos brasileiros *párias*¹³ – uma gente anônima e insignificante, simples e obscura, movimentando-se, precariamente, no vazio da nação, à mercê de uma república que não os reivindica nunca. E que ainda hoje continua se equilibrando nos subúrbios do moderno, sem acesso aos bens, às leis, a um catálogo mínimo de direitos, ao mundo político da república:

E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares, mis e centos milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam os caminhos todos, tomavam conta das cidades. Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo se quisessem ser? Nem achavam capacidade disso. Haviam de querer usufruir depressa de todas as coisas

boas que vissem, haviam de uivar e desatinar. Ah, e bebiam, seguro que bebiam as cachaças inteirinhas da Januária. E pegavam as mulheres, e puxavam para as ruas, com pouco nem se tinha mais ruas, nem roupinha de meninos, nem casas. Era preciso de poder mandar tocar depressa os sinos das igrejas, urgência implorando de Deus o socorro. E adiantava? Onde é que os moradores iam achar grotas e fundos para se esconderem – Deus me diga?¹⁴

Ao constatar a ausência de esperança de incorporação política na concretização do destino dessa gente, o projeto literário de Guimarães Rosa, de certo modo, explorou a suposição de que o processo de modernização da nossa sociedade, iniciado ainda no final do século XIX, é inexorável, mas seu resultado enquanto modo específico de fazer a experiência da vida política é fortemente ambíguo: “Aqui é cidade, diz-se que um pode puxar pelos seus direitos”, afirmava o capiau José de Tal, também conhecido como Zé Centeralfe. E insistia: “Sou pobre, no particular. Mas eu quero é a lei”.¹⁵

Zé Centeralfe é personagem do conto “Fatalidade”, publicado em *Primeiras estórias*, um livro que parece ter sido organizado em torno do aparecimento de sinais expressos de enfrentamento do sertão com as experiências de despersonalização civil e de ordenação abstrata provocadas pelo processo de urbanização.¹⁶ Perante a lei que falta, lei excessivamente remota, postada além do alcance das vistas de Zé Centeralfe e sua gente – e, simultaneamente, também postada além dos olhos de nossa sociabilidade urbana –, é forçoso reconhecer que todos fazem o que podem e fazem a lei como podem. Por consequência, insistiria Guimarães Rosa, ordem e transgressão, lícitos e ilícitos se confundem no mesmo fundo arcaico de violência e força prepotente, na mesma ocupação desordenada de espaço urbano e rural, na mesma desigualdade social

ancestral que costuma ser atenuada ou adocicada, ilusoriamente, com formas modernas, na aparência, harmônicas, de mando e de obediência.

Ao contrário do que supunham os procedimentos da modernização brasileira, na opinião de Guimarães Rosa não havia nada de previsível na entrada do pária no mundo da cidade transformando-se, enfim, num cidadão. Mais do que isso, talvez, existem alguns desdobramentos importantes para a constatação de Zé Centeralfe sobre a extrema dificuldade encontrada pela república no Brasil em submeter toda a sociedade ao fundamento da lei republicana, vale dizer, ao estabelecimento, por consentimento comum, de uma vontade não arbitrária que se aplica a todos os brasileiros e, nessa aplicação, os torna completamente livres. De fato, com essa constatação, Guimarães Rosa, por um lado, tratou de orientar, no interior de seu projeto literário, o deslocamento do tema das virtudes essenciais da vida cívica, tema muito forte em *Grande sertão: veredas* e recorrente no argumento de personagens como Medeiro Vaz ou Joca Ramiro, para o reconhecimento da necessidade da lei como fundamento moderno da idéia de república.

Por outro lado, porém, ao constatar qual é a lei que falta e quais são as possibilidades de contenção de uma força que nenhuma norma parece limitar, Guimarães Rosa também atualizou literariamente a figura fundadora do desterrado¹⁷ – e fez isso talvez para tentar compreender por que razão a nacionalidade da idéia de *pátria*, para o caso brasileiro, em geral só pode ser caracterizada pela incompletude, pela não-pertinência, pela carência. Dito de outro modo: no Brasil – esse “outro Ocidente” –, o contexto republicano da idéia de pátria é sempre estranho à sua possibilidade de realização histórica.

Ao mergulhar no fundo do Brasil, no instante da queda, para escutar seu lamento, Guimarães Rosa

encontrou *catrumanos* – moradores do Brasil, um “país de mil-e-tantas-misérias”, como ele mesmo dizia. Talvez concordasse em também chamá-los por párias: perderam de alguma forma, nesse vaivém entre uma identidade coletiva de exilados nos subúrbios da modernidade e uma ausência de identidade, as qualidades que poderiam vinculá-los ao mundo de seus semelhantes e se encontraram, portanto, reduzidos à nudez abstrata de sua humanidade. No sertão, completaria talvez ainda Guimarães Rosa, a república esqueceu-se de realizar seu ideal *plebeísta*,¹⁸ esqueceu-se do desejo muito humano e essencialmente político de estender a todos os seus membros a oportunidade do exercício da cidadania.



João Guimarães Rosa (Cordisburgo, MG, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1967). Autor desconhecido, s/local e data. Acervo Museu Casa Guimarães Rosa, Cordisburgo, MG.

Sertão: o sem-lugar

Terra de párias e de desterrados, por maior que seja, sertão é o que não se vê. Ou, no argumento do próprio Guimarães Rosa: “Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios”.¹⁹ De fato, sertão é dobra: nem um nem outro, mas o que se dá entre; não vai a lugar nenhum, refaz-se sempre no meio do caminho.²⁰ Logo no início da narrativa de *Grande sertão: veredas*, o jagunço Riobaldo Tatarana afirma convicto: “Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”.²¹ Um mundo onde todas as coisas ainda estão por fazer, e seu avesso, o lugar do desterro de Zé Centeralfe e de sua gente, a terra onde os *catrumanos* vivem sua ruína, a república em que uma grande oportunidade se perdeu irremediavelmente.

Um “sem-lugar” – à-topos; sertão é, também, a evocação de uma utopia. Nem só sonho nem apenas irrealdade ou fantasia, a utopia tem provavelmente o estatuto de ficção e aponta para aquilo que Walter Benjamin dizia estar entre o gesto de euforia do vencedor e o lamento do vencido: o que poderia ter ocorrido, o que ainda não chegou a existir.²² Projeção renitente de um entendimento preciso sobre a virtude política da esperança – definida, nesse caso, como a tensão para algo que ainda não aconteceu, algo que permanece na categoria do *ainda não consciente*²³ –, a utopia só pode existir de fato como proposta na imaginação dos homens e tem a delicada função de fazer estalar os limites da realidade, atualizando, a cada momento, a busca insofrida da felicidade humana.

Tal como acontece com as utopias, as histórias de Guimarães Rosa são também, já dizia Riobaldo Tatarana, histórias de impossíveis, cenas de resistência e de contestação, bruscas irrupções de isonomia política,

aparições imprevistas da liberdade – são histórias de amor e de guerra, de Diadorim e de Paredão. Desse ponto de vista, são peças míticas: funcionam, na realidade, como palavras que nomeiam a origem. Mas transitam também e simultaneamente na história, no arquétipo, na lenda. Por essa razão, servem, além disso, de alimento para a imaginação política, são histórias que permitem ainda uma vez criar e recriar – num Brasil hipnotizado pelo desejo de modernização, onde levas de migrantes da zona rural formaram, a duras penas e a um preço pessoal altíssimo, uma população predominantemente urbana e irremediavelmente moderna – o sentido e o significado da idéia de sertão.

Nesse caso, cabe arriscar. Quem sabe, então, dentro do projeto literário de Guimarães Rosa talvez sobreviva, ainda hoje, uma proposta arrojada para se pensar o país. Uma proposta que se desdobra estrategicamente na linguagem, lugar em que se resolvem os grandes conteúdos de sua obra, segue para além da lógica habitual e produz o encontro entre a imaginação literária brasileira e uma pátria de formato político invariavelmente instável e incerto, onde os ideais normativos da república ainda estão sempre por fazer-se e a modernidade parece surgir da tensão sem resolução entre o mais moderno, o mais arcaico e seus destroços.

É bem verdade que se trata de uma proposta literária para um país encharcado de ficção: nesse enredo problemático chamado Brasil, algo permanece sem lugar, à-topos, exilado numa encruzilhada diabólica e, exatamente por isso, contendo todos os lugares, todas as ausências, tudo aquilo que ainda pode *vir a ser*. Como uma dobra: o fundo arcaico do mundo rural projetado sobre uma sociedade primitiva que vive longe do espaço urbano e o que é aparentemente seu avesso, uma cidade brasileira qualquer e todas as outras cidades do país, a que se deixou perder de seus princípios civis e a que já é apenas degradação de seus lugares públicos, a cidade concebida para expressar

a modernização e o migrante miserável que fixou seu perfil. Algo que se mantém suspenso por entre as margens em que se divisa a esperança e o abandono de nosso país e permanece à-topos, embora continue enunciado em *Grande sertão: veredas*, pela voz do jagunço Riobaldo Tatarana.

“Sertão: estes seus vazios. O senhor vá.
Alguma coisa, ainda encontra.”

Notas |

1. A esse respeito, ver: KOSSELECK, R. *Future past: on the semantics of historical time*. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1985.

2. Ver, por exemplo: FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Um lugar do tamanho do mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997; LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Luperj/Revan, 1998.

3. BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1977.

4. Ver, por exemplo: COUTO, José V. Memória sobre as Minas da capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 10, n. 111, 1904; ESPINDOLA, Haruf S. *Sertão do rio Doce*. Bauru: Edusc/ Editora Univale/Instituto Terra, 2005.

5. Ver, sobretudo: CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. Ver também: CUNHA, Euclides da. À margem da história. In: _____. *Obras completas*; CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

6. ROSA, João Guimarães. Tutaméia: terceiras estórias. In: _____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 2, p. 526.

7. ROSA. Tutaméia, p. 519.

8. Para essa dupla visão comum ao aedo, ao adivinho e ao profeta, ver: VERNANT, Jean Pierre. *Mythe et pensée chez les grecs*. Paris: Maspéro, 1965.

9. Sobre as condições políticas para essa transformação, ver, por exemplo: VIROLI, Maurizio. *Per amore della patria: patriotismo e nazionalismo nella storia*. Milano: Laterza, 2001; NUSSBAUM, Martha et al. *Piccole patrie, grande mondo*. Roma: Reser & Donzelli, 1995.

10. Para Brasília, ver, por exemplo: GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005; HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

11. Para o projeto desenvolvimentista, ver, por exemplo: GUIMARÃES, Juarez. *A longa viagem do nacional-desenvolvimentismo*. In: _____. *A esperança equilibrista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,

2004; ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006; NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: _____. Jorge Ferreira (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

12. Para *Programa de metas*, ver, por exemplo: BENEVIDES, Maria Victória de M. *O governo Kubitschek*. São Paulo: Paz e Terra, 1979; GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

13. Para o conceito de paria, ver especialmente: ARENDT, Hannah. *La tradition cachée: le juif comme paria*. Paris: Éditions 10/18, 1987.

14. ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. In: _____. *Ficção completa*, v. 1, p. 526.

15. ROSA, João Guimarães. Primeiras estórias. In: _____. *Ficção completa*, v. 2, p. 431.

16. A esse respeito, ver: WISNIK, José Miguel. *O famigerado*. In: _____. *Sem receita: ensaios e canções*. São Paulo: Publifolha, 2004.

17. Para formação desse topos, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Para a imaginação literária brasileira ver, por exemplo: MENESES, Adélia Bezerra de. *As canções de exílio*. In: BOSI, V. (Org.). *O poema: leitores e leituras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

18. Para o plebeísmo, ver, por exemplo: ARAUJO, Cícero. República e democracia. *Lua Nova*, n. 51, 2000.

19. ROSA, João Guimarães. No Urubuquaquá, no Pinhém. In: _____. *Ficção completa*, v. 1, p. 697.

20. DELEUZE, Giles. *Le pli*. Leibniz et le baroque. Paris: Minuit, 1988. Ver, também: FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *A cidade e o deserto: (des)caminhos urbanos no Grande sertão*. *Brasil Brazil*, n. 11, 1998; BÖLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2004.

21. ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. In: _____. *Ficção completa*, v. 1, p. 7.

22. Para utopia, ver: ABANSOUR, Miguel. *O novo espírito utópico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990; BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

23. BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Editora UERJ/Contraponto, 2005. v. 1. Para a esperança como expectativa política positiva de um bem futuro, ver especialmente: HOBBS, Thomas. *Elements of law*. In: _____. *Body, man and citizen*. Londres: Collier, 1967. Para a esperança como vício do mundo da política, ver especialmente: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. In: _____. *Rousseau*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Heloisa Maria Murgel Starling é professora de história das idéias do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); coordenadora do *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória* da UFMG; pesquisadora do Centro de Referência do Interesse Público (UFMG); e vice-reitora da instituição. Autora, entre outros livros, de *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas*.